O Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF) repudia o gesto, o discurso, o objetivo e a atitude do deputado Marcel Van Hattem durante a votação truncada e repleta de golpes contra o povo brasileiro da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, de autoria do governo Bolsonaro, na Comissão Especial, na semana passada, e aponta a ação desse parlamentar como uma violência contra o Estado brasileiro e uma agressão à população com a assanha de aprovar, sem o apoio do povo, uma reforma administrativa que atende ao mercado financeiro e aos banqueiros que ele representa.

Para aprovar essa nefasta reforma que destrói os serviços públicos e acaba com o Estado de bem-estar social e democrático, transformando o Brasil em objeto de lucro de banqueiros e rentistas a quem ele, Marcel Van Hattem, representa, o deputado mencionado adotou uma atuação violenta, com discurso agressivo e desonesto, com mentiras ao povo brasileiro, arvorando-se ser defensor do Estado e do povo brasileiro.

Na prática defende uma reforma que, em seu conteúdo, destrói com os serviços públicos e com o Estado brasileiro e, principalmente, com os serviços públicos a serem prestados à população. A "reforma" que ele defende não é reforma para melhorar os serviços públicos, e sim para entregar direitos sociais e fundamentais previstos na Constituição para exploração capitalista pelos banqueiros.

É importante destacar que esses prepostos de banqueiros que estão Congresso Nacional, como o deputado Marcel Van Hattem, do Novo, usam a expressão "Estado moderno" para transformar o nosso Estado nacional em balcão de negócios do mercado financeiro, como era, antes da Constituição de 1988. O Brasil que ele defende é o Brasil que retira direitos dos servidores públicos concursados para pôr no lugar apadrinhados, corruptos, familiares e tudo que o Brasil combateu durante décadas para construir a Constituição Federal em vigor.

O problema do Brasil não são os servidores públicos, como acusa o deputado preposto de banqueiro. Ao contrário, as mazelas de todos os políticos só vêm a público por causa dos servidores concursados e os sistemas de saúde, educação, segurança, previdência, assistência social etc. só funcionam e abrange toda a população porque são serviços públicos e gratuitos prestados pelo Estado nacional. Se privatizar, como Van Hattem quer, será como nos EUA: os pobres e assalariados não têm direito à saúde, à educação, à previdência etc.

A reforma que este inimigo do povo que se reveste de defensor da população cria sim, com a reforma que ele aprovou na comissão especial, um Estado do privilégio, de cargos exclusivos, de carreiras que não refletem a estrutura geral do serviço público brasileiro, que possui apenas 12% do seu corpo de trabalhadores no serviço público, muito distante de outros países como os próprios EUA, França, Inglaterra, Canadá, etc.

O compromisso de Marcel Van Hattem e de seu partido político, o Novo, é destruir o Estado de bem-estar social e democrático de direito, que é o Brasil hoje, para entregá-lo o de bandeja ao mercado financeiro. Para isso, cria narrativa falsa, criminalizando os atos dos sindicatos, que observando a armadilha dessa (des) reforma administrativa, luta em defesa dos serviços públicos, gratuitos e de qualidade para a população e pelos servidores públicos mais valorizados e pela garantia de seus direitos.

Com mentiras deslavadas, o deputado acima agride os sindicalistas de serem violentos por defenderem o Estado brasileiro e os serviços públicos de qualidade à população que ele quer privatizar. Ele mente, sobretudo, quando se lança como legislador e defensor do povo brasileiro, como "único defensor do que é bom e melhor para o povo brasileiro" e criando uma verdadeira armadilha contra a população. Violento e ardiloso, está ali para usar qualquer coisa e qualquer mentira para excluir do Brasil os serviços públicos e gratuitos e colocar no lugar os seus próprios interesses e os interesses do setor privado e do mercado financeiro.